

A expansão do ensino privado-mercantil no Rio de Janeiro: estratégias do capital financeirizado na oferta educacional¹

Marcelo Mocarzel, UCP/Unesa, Brasil
marcelomocarzel@gmail.com

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a atuação do setor privado de natureza mercantil na oferta de educação básica e superior no estado do Rio de Janeiro, berço de grandes conglomerados como Eleva, na Educação Básica, e Estácio, na Educação Superior. A partir deste recorte, serão investigadas as estratégias e os mecanismos de privatização da oferta educacional operadas por grupos empresariais de capital aberto associados a fundos de investimentos de *private equity* e *venture capital*, em especial Cogna Educação e Eleva Educação, identificando consequências desta atuação para efetivação do direito humano à educação e possíveis desdobramentos desse modelo de expansão nas redes públicas municipais e estadual.

A metodologia conjuga pesquisa documental em fontes primárias e secundárias, com análise documental de relatórios de demonstrativos financeiros das empresas e outros documentos e pesquisa exploratória. A pesquisa busca responder à pergunta: Que dinâmicas podem ser observadas no campo da educação, com ênfase em seu financiamento, quando a oferta educacional passa a ser considerada em termos de operações de compra e venda de ativos financeiros, tais como valores mobiliários, especialmente ações; ou seja, o que ocorre com o direito à educação quando os estabelecimentos de ensino passam a ser geridos por fundos de investimentos?

Desenvolvimento

Após aprovação da Constituição Federal de 1988, o Brasil conseguiu eleger seu primeiro Presidente por vias democráticas desde a eleição de Jânio Quadros, em 1960: Fernando Collor de Melo, pertencente a uma família política tradicional de Alagoas, que trazia um discurso moralizador e, em certa medida, modernizador. Mesmo tendo ficado pouco tempo no poder (1990 a 1992), após renunciar a partir de graves denúncias

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq.

de corrupção, Collor abriu as portas do Brasil para o capitalismo, algo que a Ditadura não havia feito por completo. O país começa a se comportar como país capitalista periférico e inicia-se um período de enxugamento do Estado e incentivo ao livre mercado. (MOCARZEL, 2017).

Do ponto de vista da orientação política e econômica, temos uma linha contínua que atravessa os quatro governos seguintes, ainda que com particularidades em cada um. Nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, as influências de organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional passam a ser consideradas de alta relevância nas tomadas de decisão, da mesma maneira que já ocorria em países de capitalismo central. (MOCARZEL, 2017).

Perspectivas políticas como essa favorecem ao crescimento da educação privada, na medida em que visam reduzir a participação do Estado no financiamento de políticas sociais, tendo a referência mercadológica como guia. Era de se esperar que houvesse uma guinada quando o Partido dos Trabalhadores assumisse a presidência, mas em muitos aspectos houve continuidades, inclusive no fomento à educação superior privada.

Por mais que nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Roussef (2011- 2016) tenham se conquistado enormes avanços no campo social, sobretudo com políticas de redistribuição de renda, na educação houve um crescimento paralelo do público e do privado, algo que se intensifica com o *impeachment* de Dilma Roussef, que coloca seu vice Michel Temer (2016-2018) no poder. As políticas sociais são descaracterizadas em consequência de um avanço sem precedentes do neoliberalismo, justificado pela crise econômica. Uma das mais graves ações foi a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, que congelou por 20 anos os investimentos em políticas sociais.

No bojo do Governo Jair Bolsonaro (2019-2022), no qual as políticas neoliberais encontram sua máxima expressão, associadas ao conservadorismo político e religioso, há o ambiente propício para a expansão de grandes grupos educacionais, associados a uma ideia de que a educação que funciona é a privada e que a educação pública deve ser substituída, a partir de repasses para a iniciativa privada, seja como já vem ocorrendo no ensino superior, seja a partir de novas formulações voltadas para a educação básica, do

que se convencionou chamar de parcerias público-privadas, que nada mais são que estratégias de privatização da educação pública (ADRIÃO, OLIVEIRA e MOCARZEL, 2022). Três processos têm caminhado juntos nessa expansão do ensino privado mercantil: mercantilização, privatização e financeirização.

Mercantilização, segundo o Dicionário Houaiss (2001), é o ato de mercantilizar-se, tornar-se mercadoria. Ou seja, indica um processo de transformação de algo, que antes só tinha valor de uso para algo com valor de troca. Marx (2013, p. 113) afirma que “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”. Segundo ele, é a utilidade de uma coisa que faz com que ela tenha um valor de uso, que se efetiva no consumo da mesma. “Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 2013, p. 114). O processo de mercantilização consiste, portanto, na transformação do valor de uso e do valor de troca das coisas.

Adotamos a definição de Adrião (2018), que entende privatização como a transferência de atividades, bens e responsabilidades das instituições de governo/público a organizações particulares e agências. Dentre as dimensões identificadas, estão a privatização da oferta, da gestão e do currículo como eixos principais. No quadro 1, há exemplos dessas dimensões:

Quadro 1: Matriz de dimensões e formas recentes de privatização da Educação Básica a partir do mapeamento da literatura (1990-2014)

Da OFERTA EDUCACIONAL	Da GESTÃO da EDUCAÇÃO PÚBLICA	Do CURRÍCULO
<p><u>Financiamento público a organizações privadas:</u> Subsídio à oferta por meio de Convênios/contratos/termos de parcerias entre governos e organizações privadas; Subsídio à demanda por meio de incentivos fiscais</p> <p><u>Oferta privada:</u> Escolas privadas com fins de lucro; Tutorias; Aulas particulares</p> <p><u>Incentivos à escolha parental (subsídio à oferta)</u> Escolas privadas conveniadas ou sob contrato custeadas com fundos públicos (<i>Charter school</i>) Bolsas de estudo (Voucher); Educação domiciliar.</p>	<p><u>PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR:</u> Transferência da gestão escolar para Organizações com fins de lucro Transferência da gestão escolar para Organizações sem fins de lucro Transferência da gestão escolar para cooperativas de trabalhadores e de pais</p> <p><u>PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL PÚBLICA</u> Transferência da gestão do sistema educacional para organizações lucrativas por meio de PPPs; Transferência da gestão do sistema educacional para organizações sem fins de lucro.</p>	<p>Compra ou adoção pelo poder público de desenhos curriculares elaborados pelo setor privado; Compra ou adoção pelo poder público de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares desenvolvidos pelo setor privado; Compra ou adoção pelo poder público de Sistemas privados de ensino (SPE)</p>

Fonte: Adrião (2018)

Acreditamos ainda que a adoção de expressões como parceria público-privada, ainda que adotadas em outros trabalhos, mais sirvam ao acobertamento dos processos em análise do que a explicá-los. A começar pelo fato de não se tratar de relação colaborativa entre setores que atuariam horizontalmente, como à primeira vista o termo “parceria” pode indicar. (ADRIÃO, 2018).

O terceiro fenômeno, mais recente e mais agressivo é a financeirização. Adotamos a definição de Krippner (2005, p. 14), que por financeirização entende “um padrão de acumulação no qual a produção do lucro se dá crescentemente através de canais financeiros ao invés de ser pela via do comércio e da produção de commodities”. Ainda segundo a autora, trata-se de um movimento global alavancado pelo capitalismo financeiro decorrente dos investimentos em ações.

Marx já havia citado o capital financeiro como um processo de automatização dos lucros do capital comercial.

O dinheiro efetua alguns movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e do capital comercial, como por exemplo, pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensação etc. Quando estes movimentos se tornam uma função autônoma de um capital particular que os executa como operações peculiares e nada além disso, transformam esse capital em capital financeiro (MARX, 1985, p. 363).

Ou seja, a financeirização é o afastamento do negócio em si e a simultânea aproximação da especulação como forma de obtenção de lucros. (MOCARZEL, 2019). Os três movimentos articulados, tanto na Educação Básica como na Educação Superior, são pilares da estratégia de desresponsabilização do Estado pelo direito à educação e disputa pelo fundo público, com grande vantagem para as entidades privadas, em especial aquelas com fins lucrativos e associadas a grandes grupos do capital financeiro.

Considerações

Espera-se, com esta pesquisa, que possamos contribuir para uma melhor compreensão do setor educacional brasileiro, tanto no nível básico como superior, na medida em que a expansão dos grandes grupos privado-mercantis representa, em certa medida, a dificuldade do Estado brasileiro em oferecer respostas às demandas da sociedade por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade. A ação dos grandes grupos é pouco estudada, mas representa um processo de corrosão da estrutura de oferta, gestão, formação da educação brasileira, na medida em que se formam oligopólios que passam a controlar o setor.

Pesquisas como essa possibilitam que o Estado possa reagir às imposições mercadológicas e fomentar políticas públicas que independam de participação de entes privados. Em um momento em que estamos distantes de cumprir grande parte das metas do Plano Nacional de Educação, cuja vigência se encerra em 2024, é essencial termos análises críticas do contexto, mas ao mesmo tempo propositivas.

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>

ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela de; MOCARZEL, Marcelo. O público, o privado e o comunitário: novas categorias administrativas para as escolas brasileiras e a disputa pelo fundo público na educação. **EPAA**, v. 30, n. 128, ago. 2022, p. 1-22. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7172/2906>

MOCARZEL, M. A financeirização da educação privada nas páginas de revista: discursos publicitários sobre a universidade brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40,

e0216625, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/XWCcstbxh7XtGXRgfD8yRQS/?lang=pt>

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KRIPPNER, G. The financialization of the American economy. **Socio-Economic Review**, v. 3, n. 2, p. 173-208, 2005. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1093/SER/mwi008>

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 1985.

MOCARZEL, M. **A educação como bem de consumo**: discursos publicitários sobre a universidade e a juventude no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.